



"Crime passionai", disse o perito

FelipeLemos
JulianoMachado

Por que perderia tempo com um taxista o homem que apareceu no *The New York Times* como o responsável por reconstituir a face do médico nazista Josef Mengele, que esteve em casos como o massacre do Carandiru e o acidente que matou Ayrton Senna? Enfim, o que faria o então sinônimo de médico-legista no Brasil se dispor a falar, em situação tão prosaica, de um trabalho específico?

Uma roda-viva chamada PC Farias
Badan Palhares era um nome de

referência na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No entanto, sua trajetória dourada na medicina legal encontrou, em junho de 1996, o desafio mais tentador: dizer como havia morrido Paulo César Farias, personagem de biografia espetacular na política brasileira.

O ex-tesoureiro do presidente Fernando Collor de Melo, destituído por um impeachment em 1992, era a representação dos bastidores de corrupção no Brasil. Por isso, quando foi descoberto morto em sua casa

Um taxista de Belém, no Pará, pega um passageiro em um shopping e se surpreende ao reconhecê-lo: “O senhor é o doutor Badan? Aquele que fez o laudo fajuto do PC!?”. No banco de trás, Antonio Fortunato Badan Palhares pergunta ao motorista se ele tem dez minutos para subir até o quarto do hotel. Lá, segundo conta o próprio Badan, ele explica o caso PC Farias e o dono do táxi sai convencido de que a verdade não era aquilo que os jornais mostravam.

de praia, ao lado de uma jovem namorada, a expressão "queima de arquivo" ocupava o imaginário de quase toda a sociedade. E lá foi Badan Palhares para dar o veredicto diante da expectativa nacional.

Dias depois do crime, um convicto Badan põe à prova seu prestígio e enfrenta um país: “Suzana matou PC e se suicidou” era a conclusão do laudo e também o detonador de um dos processos mais complexos para se entender a derrocada de uma pessoa.

Todos queriam saber por que Ba-

dan se agarrava à tese do crime passionai, afirmando que Suzana tinha uma personalidade homicida e motivos para assassiná-lo. O inquérito policial segue sem soluções, permeado por um contralaudo em agosto de 1997 e por inúmeras especulações do envolvimento de Augusto Farias – tido como chefe do crime organizado em Alagoas – no assassinato do irmão.

O médico-legista voltou a ser o centro das atenções em novembro de 1999, quando a polícia alagoana o indiciou por falsa perícia, e a denúncia foi encaminhada para a Justiça Federal. Badan Palhares provara então seu auge midiático como vilão nacional. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, criada em abril daquele ano, convocou o legista para dar mais explicações sobre a morte de PC Farias e sobre supostas ligações com o crime organizado.

Palhares perdeu o brilho, mas as acusações feitas pelos membros da CPI, quase sempre de forjar perícias para o regime militar e para grupos criminosos, não se baseavam em nenhuma prova. O deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) chamou-o de “mentiroso que vende laudos por encomenda”. O legista alagoano George Sanguinetti disse ter ouvido que Badan havia ganhado R\$ 400 mil de Augusto Farias para encerrar o caso PC como crime passionai.

Quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Badan, a investigação não avançou, mas o “doutor do crime” já estava à lona. “Depois do episódio da CPI, Badan Palhares ficou praticamente no ostracismo”, diz Moacir Arus, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal (SBML). E completa: “As discussões da CPI foram pouco técnicas e em nada contribuíram para a elucidação dos trabalhos de Badan”.

Superstar

A opinião de que Badan gostava dos holofotes midiáticos é compar-



Cronologia do caso PC Farias

- 14 de junho de 1996 – Suzana Marcolino, namorada de PC Farias, adquire uma arma.
- 22 de junho – Ela vai a um jantar na casa da família Farias na praia de Guaxuma, onde estão PC e dois irmãos.
- Manhã do dia 23 – Funcionários da casa arrombam a janela do quarto e descobrem os corpos de PC e Suzana.
- 26 de junho – Nelson Jobim, ministro da Justiça, indica a equipe de Badan Palhares para esclarecer o caso.
- 9 de agosto de 1996 – Badan apresenta seu laudo, defendendo a tese de que Suzana matou PC Farias e se suicidou.
- Agosto de 1997 – Peritos liderados por Daniel Muñoz concluem um contralaudo a pedido do Ministério Público de Alagoas. O documento aponta para a hipótese de duplo homicídio.
- Março de 1999 – Matéria da *Folha de S. Paulo* diz que a altura de Suzana estava errada no laudo de Badan. A Justiça alagoana retoma as investigações.
- Novembro de 1999 – Polícia termina inquérito e indicia oito ex-funcionários da casa de praia, além de Augusto Farias (irmão de PC), por duplo homicídio. Badan também é indiciado por crime de falsa perícia. Os processos contra Augusto e Badan passam para a responsabilidade da Justiça Federal.
- Outubro de 2002 – O juiz Alberto Jorge de Lima decide levar os quatro seguranças de PC a júri popular, mas eles recorrem. Os outros quatro indiciados são retirados do processo.
- Novembro de 2002 – A Procuradoria-Geral da República se convence da tese de homicídio seguido de suicídio e arquiva o caso. Badan e Augusto deixam de ser acusados.

O que deve acontecer

- Maio de 2005 – Recurso dos seguranças deve ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas. Se o pedido for aceito, eles deixam de ser réus e o caso termina.
- Outubro de 2005 – Se a Justiça mantiver os seguranças como réus, o juiz Alberto Jorge de Lima deve decidir o caso no tribunal popular até o final do ano. “Minha convicção moral me leva a acreditar no duplo homicídio. Eu seria leviano se dissesse que isso realmente aconteceu; todavia, digo com tintas vivas que os indícios demonstram isso”, afirma Lima.

Hoje, anônimo, Badan trabalha em seu escritório e nos fins de semana vai à chácara

tilhada tanto pelos poucos que defendem as conclusões do perito quanto pelos que mais contribuíram para o descrédito de seu trabalho.

Dentre os profissionais da imprensa, Joaquim de Carvalho – subeditor de *Veja* em 1996 e co-autor de matérias que assumiram como correta a perícia de Badan – é hoje o maior defensor da tese de homicídio seguido de suicídio. Mas isso não o impede de concluir que ele “falava demais e às vezes falava bobagem”, como ao levantar suspeitas sobre a perícia que vinha sendo realizada em Alagoas antes de ir para lá.

Sobre isso, Anita Buarque de Gusmão, uma das peritas alagoanas que trabalharam no caso, é taxativa: “Badan provou do próprio veneno”. O raciocínio da perita é de que, ao falar em São Paulo sobre o trabalho dela em Maceió, Palhares criou uma expectativa de que a conclusão pudesse ter sido diferente da que ele mesmo defendeu depois.

O “resolvedor de casos”

Quando chegou a Alagoas, Badan manteve uma postura que alimentava tal expectativa. Lucas Figueiredo, que foi enviado da *Folha de S. Paulo* ao local em 1996, diz que Badan desembarcou como um “superstar”, que “andava escoltado por seguranças e com uma comitiva da imprensa atrás”. O jornalista acha que ele “jogou um jogo perigoso” quando, ao aparecer tanto, “passou de fonte a também personagem do caso”.

Na opinião de Figueiredo, tanto o descrédito que o próprio Badan ajudou a gerar em relação ao Instituto Médico Legal de Alagoas como o que Moacir Arus, presidente da (SBML), definiu como “fama de resolvedor de casos” foram elementos que contribuíram para que as críti-

cas da imprensa fossem tão duras quando foi concluído o laudo. A expectativa geral era de que PC Farias morrera numa queima de arquivo.

Mídia Vilã?

“Antes de o laudo sair, a mídia conduziu o povo a pensar de uma forma que era conveniente naquele momento para várias pessoas.” Essa é a resposta de Badan Palhares para quem diga que ele foi responsável por sua própria vilanização.

O raciocínio do médico é parecido com o de Joaquim de Carvalho, que acredita que ele assinou um “laudo tranqüilo do ponto de vista técnico e policial, mas que cometeu o pecado de contrariar o senso comum” diante de uma mídia com medo de contrariar a opinião pública.

Para sustentar seu ponto de vista, o jornalista se vale de algumas evidências que questionam a hipótese de duplo assassinato. Aos defensores de que a arma deveria ter impressões digitais depois de um tiro suicida, ele responde que havia tantos sinais de manuseio que não era possível identificar nenhuma digital. Em seguida, argumenta que há uma tese de conspiração insustentável por trás da interpretação de duplo homicídio. “Para matar naquela casa, era necessária a cumplicidade de sete pessoas. É muito difícil uma conspiração resistir a tanta gente.”

Lucas Figueiredo admite que não há provas suficientes para concluir pelos assassinatos. Ele também acredita que a maior parte da mídia esperava que Palhares dissesse que PC fora assassinado “por questões de corrupção”. Mas suas críticas à cobertura se restringem à publicação de que Badan havia vendido o laudo. “A mesma imprensa que tinha construído a imagem do técnico ir-

refutável começou a defender que ele tinha sido corrompido. E aí, sem absolutamente nenhum elemento”, afirma. Lucas aponta o mesmo com Augusto Farias: “Acusam o Augusto porque ele é feio, é careca, é mau, é ladrão... mas não há provas”.

Joaquim de Carvalho refuta, porém, até mesmo o pilar da contestação ao documento de Badan: a altura de Suzana. Uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* questiona a estatura apresentada por Palhares – 1,67m.

Mário Magalhães, autor da matéria, diz que se baseou em um laudo de fotos de Suzana com uma irmã para concluir que ela tinha 1,57m. A análise, segundo ele, foi “assinada por um perito que nunca teve um documento contestado na carreira”.

“Contraperitos”

Carvalho não se dá por vencido: “Ninguém se perguntou quem é o perito”, diz. O técnico em questão é Ricardo Molina, considerado pelo jornalista como adversário de Badan. Ele inclui nesse grupo Domingos Tochetto, Daniel Muñoz e Genival Veloso, autores do contralaudo. Na sua opinião, eles deveriam ter se declarado impedidos eticamente diante da solicitação do juiz Alberto Jorge de Lima para que fizessem nova perícia.

Mesmo assim, Joaquim de Carvalho não concorda com a versão de Palhares de que sua vilanização deveu-se exclusivamente a uma “questão pessoal”. O jornalista diz que tudo não passa de disputa econômica. “Legistas famosos, mesmo trabalhando para o Estado e ganhando pouco, têm padrão de vida elevado porque costumam vender caro pareceres em casos fora dos holofotes. Esse mercado é altamente competitivo e por isso eles se odeiam.” O jornalista lançou em setembro de

2004 um livro em que critica a cobertura do caso e defende a tese de que há uma “indústria de pareceres”.

Ao ser informado dessa declaração, Moacir Arus, da SBML, se mostrou surpreso: “Desconheço tal esquema, até porque nunca soube de peritos riquíssimos”. Para Arus, “seria complicado um perito de um IML emitir um parecer sobre um caso conduzido por outro legista do mesmo instituto. Mas nada impede que peritos de outros estados façam isso, o que geralmente é remunerado”.

Badan hoje

Badan foi capa do *The New York Times* e protagonista na história de um crime de incalculável repercussão até cair em desgraça no imaginário brasileiro. Depois de anos de vida em ebulição, o legista admite ter mudado a conduta: “Eu fazia exatamente o que fiz antes porque não tenho medo de ninguém. Mas eu tenho uma família e ela precisa ser preservada”.

A quem diz que Badan “é carta fora do baralho”, como o jornalista Joaquim de Carvalho, ele afirma que continua recebendo casos, mas impede a propagação da mídia. Ressalta também que “ninguém vai conhecer qualquer incriminação que foi a mim imputada por qualquer órgão”.

Mais recentemente, Badan teve novos problemas com o caso Brito Júnior, no Maranhão, no qual foi indiciado por falsa perícia. Os resquícios dos tempos turbulentos vêm à tona de vez em quando, mas o encanto midiático acabou.

Hoje, anônimo, Palhares trabalha em seu escritório e, nos fins de semana, vai à chácara da família para “poder mexer na terra”, segundo ele. Nas férias, aproveita para exercitar seu hobby, a pescaria, em viagens com outros médicos.

Caso Brito Júnior

Em 16 de junho de 2004, a delegada maranhense Katherine Lima divulgou o indiciamento de Badan por falsa perícia no caso do desaparecimento do garoto José Antônio Brito Júnior, no Maranhão. Palhares assumiu a tarefa de identificar a ossada de um cadáver encontrado em uma praia de São Luís cinco dias após o desaparecimento do menino, em 1988.

Os ossos foram enviados pela Unicamp para a Universidade Federal de Minas Gerais, única que na ocasião tinha tecnologia para identificar DNA a partir de ossos. O resultado foi negativo e Badan emitiu documento dizendo que não se tratava do garoto. Em 1999, a polícia do Maranhão pediu de volta a ossada e realizou novo exame, cujo resultado foi positivo.

Com base na nova perícia e em evidências de que os ossos enviados por Palhares para exame em Belo Horizonte não eram os mesmos que ele devolveu ao Maranhão, a delegada concluiu pelo indiciamento do legista.

Massacre de Eldorado dos Carajás

Em 17 abril de 1996, 19 sem-terra foram mortos após confronto com a PM em Eldorado dos Carajás, no Pará. Badan emitiu parecer seguido de laudo destacando que 42% das vítimas morreram por armas brancas (cortantes), em geral não usadas pelos policiais.

Esses documentos foram muito criticados por não enfatizarem que, dos 37 tiros que sofreram os mortos, 27 atingiram o pescoço e a cabeça ou a região do coração, características de disparos com a intenção de matar.

O testemunho de Badan – em princípio acionado pelo Ministério Público, que era a acusação – foi usado pela defesa dos PMs.

Perus

Em setembro de 1990, foram encontradas em uma vala comum do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, São Paulo, 1049 ossadas de indigentes, presos políticos do regime militar e vítimas de esquadrões da morte.

Os ossos foram encaminhados em dezembro do mesmo ano para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp.

Em 1995, após dois anos sem informes oficiais, familiares de desaparecidos da ditadura exigiram prestação de contas da equipe de Badan. Um ano depois, sem resposta, Belisário dos Santos Júnior, secretário de Justiça do Estado, afastou Palhares do caso.

Em 1998, uma comissão de familiares – após constatar na Unicamp que os ossos estavam em sacos abertos, sem identificação e sujos de lama – solicitou a transferência para o Departamento de Medicina Legal da USP. Três das 1049 ossadas haviam sido identificadas como pertencendo a presos políticos.

“Posso até parecer arrogante, mas meu trabalho eu defendo”

Badan Palhares, aposentado pela Unicamp desde 2003, trabalha hoje no Instituto de Patologia da Maternidade de Campinas. Na parede de seu escritório, mantém inúmeros quadros com congratulações – todas anteriores a 1997 –, como o título de Cidadão Campineiro dado pela Câmara dos Vereadores da cidade em dezembro de 1991. Nesta entrevista ele fala dos alunos, do contato com o público depois de PC Farias e apresenta uma novidade: pretende publicar suas memórias em livro.

Babel – Do que vai tratar seu livro?

Badan – Nele pretendo apresentar um pouco das minhas memórias e todos os casos interessantes em que trabalhei e que porventura foram motivo de discordância. Vou mostrar quem foram realmente os grandes vilões.

Babel – Esse livro é para mudar sua imagem?

Badan – Não, é um livro de esclarecimento. Vou tentar resgatar a imagem da minha família. Com a minha imagem não estou nem um pouco preocupado. Posso até parecer arrogante, mas eu defendo meu trabalho de estudioso que tive ao longo da vida.

Babel – No dia-a-dia, alguém já o reconheceu e fez algum comentário negativo?

Badan – Já ocorreu na praia. Eu andando e uma senhora diz: “Puxa, olha quem está aí! Aquele que deu aquele laudo falso do PC”. E não foi uma vez não. Já tive isso “n” vezes.

Babel – O professor Moacir Arus, da SBML, disse que Badan Palhares era visto como “resolvidor de casos”. O senhor entende desse jeito?

Badan – Eu acho que essa é a verdade. Se você tem mais condições e a oportunidade de trazer o esclarecimento para

a sociedade, é essa a minha função. Quando eu sou chamado a atuar em algum caso, é para tentar resolver. Se for para ser mais um laudo para entrar na discussão, não tem razão para eu ser chamado.

Babel – Lembra-se de alguma vez ter considerado consistente algum laudo diferente do seu em casos de que tenha participado?

Badan – Não. Acho que nunca tive um documento meu que pudesse ter sido motivo de contestação.

Babel – Quando dava aulas de Medicina Legal, não houve curiosidade dos alunos de que explicasse o caso PC?

Badan – Todos os anos eu sou convidado para mostrá-lo aos alunos, mesmo aposentado. Eles marcam um dia, das seis até onze, meia-noite. Eu passo um questionário antes e outro depois de apresentar o caso. Assim eu avalio o que eles pensavam e o que passaram a pensar. Em média, de 70 a 75% dos alunos já avaliam que é homicídio seguido de suicídio. Ao final, se não é 100%, 99% concluem por essa tese.

Badan por seus alunos

“No fim da palestra, todos se convencem do crime passional. Mas um aluno não tem conhecimento para contestar o que ele fala.”

Rafael Amaral, formado em 2002, sobre o caso PC Farias.

“É muito difícil eu ser neutra sobre o Badan; ele foi muito atencioso com nosso grupo. Até brinquei e perguntei onde estava o dinheiro que ele recebeu pelo laudo. Ele respondeu: ‘Você acha que eu estaria aqui se tivesse ganhado tudo aquilo?’”.

Nicole Almeida, 6º ano, foi aluna de Badan.